

Jornalismo, crise climática e povos originários: uma relação emancipatória¹

Esther Kerem de Oliveira SOARES²

Rafael Rodrigues Bellan de SOUZA³

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

Resumo

Este artigo discute os desafios enfrentados pelo jornalismo em tempos de emergência climática. Por meio de pesquisa bibliográfica, explora-se o contexto da emergência climática e seus impactos no jornalismo, destacando os novos desafios e propostas que surgem. Argumenta-se que a cobertura da crise climática é fundamental para o enfrentamento desse momento crítico para o planeta. Ressalta-se a necessidade de realocar a prática jornalística com foco na emergência climática, que modifica o jornalismo e aponta novas necessidades sociais. O artigo conclui que o enfrentamento à crise planetária deve contar com a formação de consciência a partir do jornalismo crítico emancipatório dos povos originários. Em suma, o texto aborda a necessidade do jornalismo se adaptar e assumir um papel protagonista no combate à crise climática, ancorado em seu potencial transformador e revolucionário.

Palavras-chave: Jornalismo crítico emancipatório; emergência climática; povos originários.

Introdução

Na oitava edição do especial “Jornalismo no Brasil: 2024”, organizada pela Farol Jornalismo em parceria com a Abraji, uma série de 10 artigos foi publicada com o intuito de trazer previsões e reflexões para a profissão no ano de 2024. Logo no primeiro artigo, a jornalista de ciência e meio ambiente Giovana Girardi relembra as catástrofes que assolaram o Brasil em 2023, caracterizando-o como o ano em que houve uma virada de chave nas redações. A autora destaca que a emergência climática deixou de ser um assunto do amanhã e se tornou uma questão urgente do presente, ampliando seu impacto de um nicho restrito à ciência e ao jornalismo ambiental para se tornar um tema central em todas as editorias. “Hoje, ou você é um jornalista do clima, ou você não está fazendo seu trabalho como ele deveria estar sendo feito” diagnosticou a jornalista ambiental Sônia Bridi no debate “Futuros Possíveis: Comunicação, informação e desastres” em

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da UFES, e-mail: estherk.soares@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFES, e-mail: rafaelbellan@yahoo.com.br.

comemoração à semana do meio ambiente. Ademais, a jornalista indígena Ariene Susui apontou: "não há comunicação sem território".

Em um momento definitivo para o futuro do jornalismo, a preocupação crescente das jornalistas indica uma das maiores questões postas ao campo em tempos de crise planetária. Segundo o relatório síntese do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima) de 2023, a Terra está aquecendo mais rápido do que estava previsto para essa década. Entre 2011-2020 a temperatura da superfície global foi aproximadamente 1,1°C mais alta do que entre 1850-1900, tendo como principal causa a emissão dos Gases do Efeito Estufa (GEE), provenientes das ações humanas modernas.

“A mudança do clima causada pelo ser humano é uma consequência de mais de um século de emissões líquidas de GEE do uso da energia, do uso e da mudança no uso da terra, do estilo de vida e dos padrões de consumo e produção”, diagnosticou o relatório do IPCC (2023, p.62). Entretanto, enquanto a Terra entra em ebulição na primeira metade do século XXI, para além da destrutiva ação humana em seu caráter cotidiano, ou de subsistência, assistimos à emergência da ruptura metabólica que constituiu a relação do capitalismo com a terra (FOSTER e SUWANDI, 2021). Esse fenômeno abala tanto nossas condições de vida quanto compromete a continuidade desse modelo exploratório. A crise climática é ancorada na crise do capital e superestimulada pelos motores do capitalismo que trabalham em alta frequência desde a Revolução Industrial, e prevê significativo impacto na esfera social, política, econômica e cultural.

Em um artigo para a revista Nature, o cientista Paul Crutzen (2002), que cunhou o termo Antropoceno, mapeia o cenário ecológico mundial: A população de bovinos produtores de metano ultrapassou a marca de 1,4 bilhões; cerca de 30-50% da superfície terrestre é explorada por seres humanos; as florestas tropicais estão desaparecendo em ritmo acelerado, liberando dióxido de carbono e aumentando significativamente a extinção de espécies; há também frequente construção de barragens e desvios de rios. Além disso, os indicadores de pobreza crescem desmedidamente, juntamente com as catástrofes ambientais, exemplificadas pelas recentes enchentes no Rio Grande do Sul e Maranhão e pela seca atípica no Acre. Todos esses fenômenos revelam o limite que estamos excedendo no planeta. São consequências do que Meszáros (2011) chamou de

“crise estrutural do capital”, que estendeu, sem precedentes, a dominação da vida social para o meio ambiente.

Tais condições instaladas declaram ao jornalismo novos desafios, sobretudo, ao que se debruça sobre a questão ambiental e indígena. Diante disso, surge a necessidade de refletir a práxis noticiosa, e mesmo os enfrentamentos adotados pelo jornalismo, uma vez que o capitalismo comunicativo (DEAN, 2021) se apropria dos tráfegos comunicacionais, transformando em mercadoria um ativismo pseudo concreto, que apenas reforça o mercado de identidades imaginárias. Nesse ínterim, o papel do jornalismo, ressaltado por seu compromisso de esclarecimento e democratização da informação, desempenha central importância na abordagem dessas temáticas. Mas para além dessa concepção, é necessário resgatar o jornalismo como forma de conhecimento social, que percebe a totalidade a partir da apreensão crítica do singular. A práxis orientada pela cosmovisão emancipatória transborda a relação positiva de reprodução da sociedade, e se empenha em “pensar contra os fatos” (MORETSZOHN, 2007).

A nova proporção dessa discussão destaca a lacuna na forma de pensar o jornalismo e a emergência climática, principalmente quanto às possíveis saídas para uma prática que promova consciência crítica e ação política. Falamos de um contexto onde o jornalismo, em diferentes graus, segue guiado por perspectivas capitalistas e colonialistas, justificando a exploração em prol do progresso à sombra das injustiças climáticas.

A fim de contribuir com o debate, esse artigo propõe uma ampla discussão teórica sobre jornalismo e crise climática. Partiremos de uma pesquisa bibliográfica, delineando a necessidade de mudança frente aos desafios ambientais de nosso tempo. Posto isso, compreenderemos a incidência da crise no jornalismo, desenvolveremos uma reflexão teórica de como o jornalismo, orientado por perspectivas antissistêmicas, pode contribuir na cobertura da emergência climática, de modo a promover a transformação do modelo civilizatório através do seu potencial emancipatório. É necessário assumir a urgência de um jornalismo comprometido, capaz de informar e disseminar informações sobre a crise climática, mas que também seja engajado na formação de consciência dos sujeitos, a fim de orientar a transformação dos modos de vida capitalista. Tarefa que se encontra às margens do escopo do jornalismo tradicional, mas que precisa ser resgatada com centralidade.

Jornalismo e emergência climática

A emergência da crise climática e a recusa em tratá-la como tal revelam um grande problema que transcende os domínios das ciências naturais e aponta para um cenário comprometido na comunicação. Este problema não decorre da falta de evidências; desde a Primeira Conferência Mundial do Clima, realizada em Genebra em 1979, inúmeros alertas vermelhos têm sido emitidos sobre a emergência climática planetária. Mesmo diante dos esforços científicos, no Brasil, os jornalistas começaram a noticiar com maior frequência as relações entre natureza e sociedade somente a partir da década de 1970 (BELMONTE, 2017). Após serem inseridas na agenda política pela primeira-ministra Margaret Thatcher em um discurso na ONU, as mudanças climáticas ganharam maior visibilidade global na esfera civil, acadêmica e econômica.

Mesmo após a inserção do tema na arena jornalística e na esfera da opinião pública, os frequentes desastres ambientais não resultaram em uma cobertura jornalística linear e contínua ao longo do tempo. Embora reportagens sobre alterações climáticas e sustentabilidade tenham se tornado mais comuns, a cobertura das questões ambientais, no geral, é episódica e reativa. Conforme analisado por Loose (2020, p.73), essa cobertura sofre picos especialmente “durante a divulgação de pesquisas e relatórios científicos, desastres climáticos e a realização de eventos políticos que concentram chefes de Estado”. O papel do jornalismo é crucial nesses momentos, pois torna público o saber científico e as discussões políticas. No entanto, limitar-se a isso é insuficiente.

Os momentos de intensa atenção da mídia são seguidos por períodos de menor visibilidade, refletindo uma abordagem jornalística que ainda luta para manter a consistência e a profundidade necessárias para abordar a crise climática de forma eficaz. Além disso, outra dificuldade observada é que os problemas ambientais são frequentemente tratados de forma generalizada, transformando toda a questão em assunto de âmbito global. Isso reduz a sensação de proximidade regional, e limita a atuação dos jornais locais na cobertura de questões que fazem parte da realidade cotidiana da população.

Atrelado ao impotente cenário do jornalismo na cobertura da crise climática, as pesquisas na área seguem um percurso parecido. No abrangente estudo realizado por Loose (2024), a autora investiga a dinâmica jornalismo e crise climática, e conclui que

no Brasil, assim como em toda América Latina, são escassos os estudos dedicados ao binômio comunicação e crise climática, ficando hegemonicamente para os falantes de língua inglesa. Para os jornalistas, esse fato elucida a lacuna existente na cobertura da emergência climática, principalmente nos países mais vulneráveis a esse fenômeno devido à sua dependência dos recursos naturais. O déficit apresentado fragiliza esses países, incluindo o Brasil, que abriga a maior biodiversidade do planeta e o ameaçado território da Floresta Amazônica. Fator que eleva a necessidade da práxis noticiosa que relacione as mudanças climáticas a assuntos de lugar-comum, como trabalho, saúde, e educação.

O silenciamento das questões climáticas no jornalismo decorre de uma estrutura hierárquica que reflete contextos políticos e econômicos, além de critérios de noticiabilidade insuficientes. A elite midiática, inserida na lógica empresarial, também obtém lucros através da cadeia de explorações. Ao exercer poder, não se abstém de seus interesses institucionais, o que contribui para que determinadas perspectivas sejam perpetuadas e aceitas como universais. Essa naturalização da vida cotidiana, que se estende aos fatos, impede a manifestação de outras perspectivas e questionamentos à ordem vigente.

É necessário reconhecer que existe uma disputa simbólica que frequentemente silencia as questões climáticas nos meios de comunicação. O jornalismo, como mediador dos fatos, ocupa uma posição privilegiada para debater o tema, seja amplificando-o ou reafirmando a tendência de reproduzir a sociedade burguesa, baseando-se no ideal de progresso, Loureiro (2012) argumenta que a forma de desenvolvimento que tenta imitar a dos países hegemônicos é vista por governantes, elites e amplos segmentos das sociedades ocidentais como a única via possível para alcançar o bem-estar social. Tal panorama é ainda mais complexo com a inclusão de discursos desenvolvimentistas e de sustentabilidade que não se diferenciam da racionalidade neoliberal. Atentando-se para a incorporação da linguagem empreendedora, até os conglomerados midiáticos adotam a postura ESG, (em português, Meio ambiente, Social e Governança), uma agenda neoliberal que se posiciona como "progressismo" empreendedor, buscando harmonizar o crescimento empresarial com práticas conscientes e de mitigação dos impactos socioambientais.

A tentativa de suavizar o capitalismo, através do "capitalismo verde", forja o argumento de compromisso com o meio ambiente, mas falha em revelar as relações de exploração subjacentes que minam essa união no nível mais crítico. O complexo midiático, orientado pelos valores e interesses dominantes do mercado, fomenta a disputa que se concretiza na circulação de ideias, buscando assegurar consensos, excluir perspectivas dissidentes e elevar o mercado à sua maior instância, dirigindo moral e intelectualmente a sociedade em função do consumo. Nesse contexto, o projeto de jornalismo moderno está em constante conexão com as instâncias político-econômicas, não apenas informando como uma prática distanciada, mas também apresentando interesses na cobertura da crise climática. Mesmo ao propor soluções para o combate dos problemas ambientais, o jornalismo neopositivista pode usar a capa da objetividade para ocultar sua perspectiva vazia de processualidade histórica.

Nesse processo, a desinformação desempenha um papel crucial ao negar a relação entre desenvolvimento econômico e vulnerabilidade ambiental, sustentando o discurso hegemônico sobre as questões climáticas. A atuação da ultradireita conservadora exemplifica como posições negacionistas impedem a alteração do sistema econômico, que se fortalece pela exploração predatória, dificultando a mobilização de uma consciência crítica necessária para a transformação social.

Embora as pesquisas realizadas sobre a comunicação da crise climática mostrem fragilidades na eficácia, um olhar cuidadoso sobre a relação dialética entre fenômeno e essência nos ajuda a compreender que o jornalismo também pode desempenhar papel antissistêmico na formação de sujeitos críticos e emancipados. Essa importância é especialmente visível no jornalismo ambiental, que tem ganhado destaque, sobretudo, em veículos independentes.

Avaliar as barreiras na relação entre jornalismo e crise climática é imperativo para desenhar novos caminhos. Pensando nisso, Amaral, Loose e Girardi (2020) organizaram um mini manual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas. Este documento, elaborado para orientar a imprensa, apresenta 10 conselhos, dos quais destaco os seguintes: 1) promover a frequência e a continuidade de informações qualificadas sobre mudanças climáticas; 2) refletir não apenas sobre os impactos das mudanças climáticas, mas também sobre as soluções; 3) adotar uma abordagem que considere a justiça

climática; 4) conectar o fenômeno das mudanças climáticas com realidades próximas no espaço e no tempo; 5) defender um jornalismo crítico e independente; 6) relacionar as mudanças climáticas com eventos extremos.

Embora o manual proponha novos caminhos para a cobertura climática, ainda se concentra na retórica jornalística, raramente se preocupando em romper com a ordem do sistema vigente. Utiliza como estratégia de resposta à crise climática a adaptação e mitigação, que mais flexibilizam ações sistemáticas do que realmente as transformam. Também reconhece a importância de incluir os povos originários na perspectiva dessa crise, mas não reflete seus modos de vida como agentes emancipatórios, limitando-se ao respeito à diversidade cultural. As alternativas de transformação propostas ficam restritas à mudança de comportamento, sem avançar para uma frente ampla de enfrentamento ao modelo societal capitalista. Faltam reflexões sobre como o jornalismo pode contribuir para a construção de um novo paradigma civilizatório.

Jornalismo contra-hegemônico: perspectivas e enfrentamentos à crise climática

Em consonância com as discussões anteriores, observa-se uma distinção clara na abordagem das questões ambientais pelos veículos de comunicação alternativos e independentes. Essa distinção, embora minoritária nos estudos sobre comunicação e crise climática até o momento (LOOSE, 2024, p.38), é um campo fértil. Primeiramente, é importante demarcar as diferenças e particularidades etimológicas dos conceitos “jornalismo independente”, “alternativo” e “contra-hegemônico”, uma vez que não correspondem entre si e podem ser entendidos por diferentes perspectivas. O que se pretende alcançar com jornalismo independente são os modelos que nascem como alternativa ao jornalismo calcado em interesses econômicos, condicionados ao contexto corporativo, não necessariamente um tipo que se opõe a todos os valores do jornalismo hegemônico, mas que proponha um olhar dialético da realidade. Quanto ao jornalismo alternativo, nos referimos aquele

que critica e modula, entre outras coisas, as convenções de fontes de notícias; os modos de representação; as regras e contratos estilísticos dos modelos narrativos; a economia hierárquica e capitalizada do jornalismo comercial e o papel subordinado do público. (COLODETI, 2016, p.14).

Antes de aprofundarmos a discussão sobre o jornalismo contra-hegemônico, é necessário retomar o que Gramsci definiu como hegemonia. Partindo dessa perspectiva, entendemos esse conceito como a organização moral e intelectual da sociedade, envolvendo a articulação de consensos, valores e significações que dirigem as produções simbólicas. Para Gramsci, a dominação de uma classe ou "bloco social" não ocorre apenas materialmente, mas é reforçada pela esfera político-ideológica, no terreno da cultura, onde a disputa entre as classes se dá pela manutenção dos consensos. É importante notar que a hegemonia não é uma dominação rígida, passiva e homogênea, mas um processo social composto por um complexo orgânico de relações contraditórias e em disputa. A partir disso, o bloco social dominante afirma seu poder através dos consensos que instaura, refletido na prevalência de determinados sentidos da realidade em detrimento de outros.

Diante disso, é impossível não refletir sobre o uso do poder no jornalismo contemporâneo, que configura um importante aparelho hegemônico, influenciando o senso comum e desempenhando um papel categórico na formação de uma consciência social que molda intersubjetividades. A hegemonia possui uma dinâmica complexa, e precisa ser continuamente atualizada e reformulada, o que coloca às classes subalternas o desafio de contestar os significados impostos pelas classes dominantes. Visões de mundo divergentes competem por influência, tornando essencial, na análise do poder, levar em conta as forças que se opõem à hegemonia (SOUZA, 2020).

Dessa forma, o jornalismo positivo pode reforçar a cosmovisão dominante, mas o jornalismo contra-hegemônico pode ser guiado por outra cosmovisão, uma vez que visa promover um espaço de consolidação de representações alternativas, cujo objetivo é incentivar a práxis política dos grupos sociais (SOUZA, 2006). Essa ideia centraliza na práxis jornalística a proposta reformista do universo cultural e informativo que guia o metabolismo social, posicionando-se a favor dos segmentos subalternos da sociedade e entrando em contradição com as ideias dominantes.

Tendo em vista a relevância desses veículos nos movimentos sociais e temáticas ambientalistas sob a ótica anticapitalista, se faz necessário atentar para sua colaboração nos enfrentamentos às injustiças ambientais. Ao observar os valores defendidos, as pautas das notícias e reportagens, o posicionamento calcado no coletivo, bem como a abordagem

dos fatos, percebe-se uma clara distinção em relação aos veículos tradicionais. O aprofundamento dos fenômenos ambientais, diversidade de fontes, a análise detalhada das causalidades, o mapeamento dos conflitos e o desvelar dos interesses em jogo, juntamente com os pressupostos epistemológicos que orientam os repórteres, constroem uma racionalidade crítica em relação aos fenômenos abordados.

No contexto das transformações no jornalismo mediadas pelas plataformas digitais, a agência Amazônia Real surge como um grande exemplo de jornalismo independente engajado na defesa dos povos originários e das causas ambientais. Fundada em 2013, pelas jornalistas Kátia Brasil e Elaíze Farias, em Manaus, a agência é financiada por meio de doações de pessoas jurídicas, físicas, recursos próprios, e parcerias com instituições filantrópicas internacionais e posiciona sua linha editorial em defesa dos direitos humanos, com destaque para os povos indígenas e questões amazônicas. A agência mapeia os conflitos político-econômicos e suas conexões, proporcionando uma compreensão mais profunda da realidade amazônica.

Partindo desse ponto, o debate sobre a emergência climática no Brasil está intrinsecamente ligado à luta indígena e à preservação da biodiversidade amazônica. Um jornalismo que altera a lógica mercantil de produção de notícias, e que aborda a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas, integrando cosmovisões que compreendem novos modos de vida dentro e fora da floresta, é essencial para enfrentar os desafios da crise planetária. A necessidade de uma práxis posicionada torna-se ainda mais urgente diante da tensão que circunda o novo momento do jornalismo, que se depara com frentes de luta fragmentadas e uma racionalidade neoliberal alarmante. Apesar desse contexto adverso, o jornalismo que aborda esses conflitos encontra abertura, ou pelo menos uma inspiração, para elaborar uma práxis emancipatória a partir da desreificação da realidade. Este tipo de jornalismo não apenas reporta fatos como um ofício distanciado, mas também se posiciona ao lado das lutas anti-opressão para além da agitação esvaziada, mas com os enfrentamentos necessários.

Jornalismo crítico emancipatório dos povos originários

Diante do cenário frágil, marcado pelo iminente colapso ambiental e pela lenta mobilização do jornalismo, uma questão central para refletir possíveis saídas e enfrentamentos dessa conjuntura é a combinação entre uma prática jornalística renovada,

de raiz crítica, e a resistência da luta indígena. Os povos originários, apesar de agentes ativos na conservação do bioma amazônico, são também profundamente afetados pelas mudanças do clima. A relação direta entre o modelo de desenvolvimento vigente e o futuro das populações tradicionais segue um rumo de expropriação, etnocídio e genocídio dos povos indígenas. Grandes projetos articulados na Amazônia, como hidrelétricas, estradas, garimpo, inserção de multinacionais, e o desenvolvimento do agronegócio, exigem da luta indígena posicionamentos contra-hegemônicos, anticoloniais e anticapitalistas.

Frente ao risco de perderem suas próprias vidas e da necessidade de defenderem seus territórios, os movimentos sociais indígenas têm travado grandes conflitos com as instâncias públicas e empresariais. Nas últimas décadas, os indígenas emergiram como fortes protagonistas na luta por direitos, por seus modos de vida, formas de sobrevivência étnica e contra a invasão do capital em seus territórios (LOUREIRO, 2023, p.35). Segundo Adelmo Genro Filho (2012), os sujeitos humanos, com sua própria autonomia sobre o curso dos fenômenos, participam da determinação objetiva do universo. Dessa forma, a práxis jornalística é atravessada por um conjunto de conhecimentos e leituras sociais, onde dimensão subjetiva se insere na construção e interpretação dos fatos jornalísticos.

Nesse sentido, é inevitável pensar que “o conhecimento produzido pelas populações indígenas está diretamente ligado à sua visão — ou cosmovisão — de mundo” (MILHOMENS, 2021, p.185), uma perspectiva que não enxerga dicotomia entre a relação natureza-sociedade. Como afirmam Pinassi e Di Guastalla (2022), “são os próprios povos originários que enfrentam diretamente a face mais bárbara do capital e seus lacaios”. Por enfrentarem essa espoliação cotidianamente, os jornalistas indígenas trazem novas possibilidades para o enfrentamento da crise climática e ambiental, contribuindo para a mudança do modelo civilizacional.

Para explorar o potencial da articulação dos povos indígenas no jornalismo, começaremos revisitando brevemente alguns aspectos da teoria de Adelmo Genro Filho. Ao conceber o jornalismo como uma forma de conhecimento, Genro Filho (2012) destacou que o jornalismo moderno não é meramente produto de uma necessidade soberana do capital. Embora sua gênese esteja ligada ao desenvolvimento do capitalismo,

reduzi-lo a essa perspectiva seria negligenciar a especificidade do fenômeno jornalístico e apagar sua historicidade, assim como seu potencial protagonista nas lutas que transformaram a sociedade. O jornalismo emerge de uma demanda social complexa: a necessidade de apreender um mundo universalizado que não pode mais ser compreendido apenas pela troca de informações interpessoais. Em segundo lugar, Genro Filho enfatiza que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizada no singular, na qual estão dissolvidas as dimensões “particular” e “universal”.

A notícia crítica partirá do aspecto singular do fato, o que há de mais fenomênico na realidade, o imediato. A partir dessa apreensão, o repórter estabelecerá os nexos e a complexidade do fato, observando as causalidades e as interconexões necessárias para buscar a essência do fenômeno. Isso exige dos repórteres ampla compreensão dos processos históricos para se aproximar da realidade e escapar da aparência reificada. À medida que o jornalista expõe o singular, as particularidades da totalidade farão parte da composição da notícia, desenhando contextos e revelando a relação do fenômeno com a totalidade onde está inserido, considerando aspectos econômicos, políticos e sociais. A dimensão universal não compõe explicitamente o conteúdo noticioso, ela aparece como os pressupostos ontológicos que norteiam a apreensão do fato e como projeção ideológica (ou significado) que emana da notícia.

Falamos de uma práxis que não pode ser contemplada pelos manuais de redação tradicionais e que, para se concretizar, precisa ser orientada por pressupostos alicerçados em perspectivas emancipatórias. Nesse sentido, as lutas indígenas na comunicação têm se mostrado exemplares ao traçarem proposições alternativas de mundo. Milhomens (2021) chama atenção para as "redes de mobilização" que fortalecem o movimento indígena, formadas por movimentos sociais, organizações, atores políticos, personalidades, jornalistas, midiativistas e representantes do poder público.

Com isso, destacamos duas entidades que conduzem as lutas indígenas no campo da comunicação: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab). Ambas organizações implementam estratégias comunicacionais articuladas as mencionadas “redes de mobilização”, promovendo comunicação anticolonial e produzindo material original, como notícias e a

revista anual do Acampamento Terra Livre, divulgadas no site e demais plataformas como Instagram e YouTube.

Nesse sentido, destacamos o Jornal Porantim, fundado em 1979 pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O periódico especializado, que até a data deste artigo conta com 467 edições, possui um caráter opinativo e incorpora em seu conteúdo a cosmovisão indígena. O jornal denuncia conflitos como invasão, grilagem, arrendamento de terras indígenas pelo agronegócio, empreendimentos predatórios, e utiliza indígenas como fontes, atuando diretamente nas comunidades indígenas. Nessa esteira também salienta-se a Rádio Yandê, idealizada por Anápuàka Muniz Tupinambá Hã hã hãe, é a primeira web rádio indígena que se estrutura sobre o conceito de etnomídia.

Observando o potencial do jornalismo indígena, é necessário investigar a práxis noticiosa desse grupo, que, devido ao histórico processo de exclusão, raramente tem acesso às redações tradicionais, mas que ao longo do tempo se aproximou dos veículos alternativos. Esses veículos são fundamentais para ampliar a visibilidade das pautas dos povos indígenas (MILHOMENS, 2021). Dessa aproximação surge outro ponto de destaque: a atuação dos próprios indígenas como agentes jornalistas. A práxis jornalística dos povos tradicionais pode "legitimar suas práticas emancipatórias, em oposição a uma lógica colonial de dominação, hegemônica, materializada na sociedade capitalista, promovendo dinâmicas de participação comunicativa nas redes, fugindo da retórica neoliberal de produção" (MILHOMENS, 2021, p.189).

A relação entre povos indígenas e o jornalismo alternativo e independente vai além de atender às reivindicações dos povos indígenas, dar visibilidade ou "amplificar suas vozes". É uma via pela qual se pode investigar o próprio fazer jornalístico indígena, e as ações concretas desse grupo para a transformação social. Conforme os valores defendidos pelos veículos alternativos, o fazer jornalístico desses sujeitos históricos pode, a partir dos aspectos singulares, articular diferentes formas de precarização da vida, consequências da crise climática, questões de territorialidade e vulnerabilidades materiais, conectando-as à complexa rede de demandas do metabolismo social do capital.

Os pressupostos ontológicos e epistemológicos, e mesmo a cosmovisão dos jornalistas orientam determinadas formas de noticiar. A potência do jornalismo crítico emancipatório produzido pelos povos originários pode protagonizar a insurgência de um

novo jornalismo, o processo de emancipação da sociedade, e a superação da relação utilitária do capitalismo com a natureza. Em suma, perceber as contribuições indígenas no jornalismo representa não apenas uma inclusão necessária, mas transformação na práxis jornalística. O aporte dessa práxis oferece novas formas de compreensão e enfrentamento da crise climática e das injustiças sociais. Assim, o jornalismo como forma de conhecimento se posiciona como uma ferramenta fundamental na luta por um outro mundo possível, não apenas amplificando discursos, mas como prática ativista que encontra nas rachaduras do sistema saídas possíveis.

Considerações Finais

A partir dessa reflexão, o encontro entre crise climática e práxis noticiosa revela uma relação indissociável e necessária. Ao passo que os agravamentos da emergência do clima se expõem, e cresce a certeza que nossos modos de vida levaram o planeta ao limite, reitera-se a necessidade social do jornalismo que informa e também desenvolve consciência para a transformação do mundo e emancipação da sociedade. Genro Filho (2012) destaca que ao capturar o singular por uma razão emancipatória, é possível investigar as engrenagens e conexões ocultas entre os eventos da história humana. O tipo de práxis que coloca no centro de seus valores a mudança radical e que aborda as complexidades e contradições presentes no modelo societário hegemônico, é o que se espera do jornalismo que se volta para a crise climática.

A postura do jornalismo contra-hegemônico tem demonstrado melhor abordagem. No entanto, a relação entre jornalismo e crise climática revela um desafio para a práxis noticiosa de jornalistas que cobrem temas ambientais: lidar com o perigo e instabilidade da sua prática. Isso nos mostra como, à medida que investigamos a totalidade das relações econômicas com a natureza, descobrimos uma cadeia de violências conectadas aos interesses nacionais e ao capital financeiro, extrativista, ruralista, industrial e bancário (PINASSI e DI GUASTALLA, 2022).

Alinhado ao propósito de promover possibilidades de um novo mundo, a produção jornalística dos povos originários possui fundamentos necessários. "A forma comunal indígena e a propriedade privada burguesa são duas formas de reprodução social absolutamente incompatíveis" (PINASSI e DI GUASTALLA, 2022, p. 93). Dessa forma, a luta anticolonial e anticapitalista, a crítica à relação predatória do capital com a natureza

e à destruição da diversidade socioambiental são marcadores da cosmovisão indígena, que orienta outra leitura dos conflitos ambientais. Concluímos que, a partir dos argumentos expostos neste trabalho, o jornalismo indígena tem potencial para protagonizar o enfrentamento de diversas questões relacionadas às injustiças climáticas e propor alternativas antissistêmicas.

Ao examinar os caminhos do jornalismo frente os desafios das mudanças climáticas, torna-se evidente a disputa nesse campo, revela-se um cenário mundial politicamente fragilizado, com ataques frequentes tanto na prática, quanto na teoria. Entretanto, ainda há caminhos para se percorrer, Genro Filho (2012) demonstra que o jornalismo moderno possui tanto um potencial revolucionário para enfrentar o imperialismo e o capitalismo quanto um "potencial desalienador" insubstituível para a construção de uma sociedade sem classes". Todavia, é necessário investigar quais direções essa práxis está tomando. Como afirma Moretzsohn (2021, p.56): "Trazer a teoria de Genro Filho para a atualidade significa sustentar sua formulação sobre o potencial transformador do jornalismo, mas também entender as novas e muito mais difíceis condições em que ele pode ser praticado".

Referências

- AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloísa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (org.). **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas [recurso eletrônico]**. 1. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM. 1 e-book, 2020.
- AMAZÔNIA REAL. Site da Amazônia real, 2024. **Jornalismo independente e investigativo que dá visibilidade às populações e questões da Amazônia**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/>. Acesso: 25 jun. 2024.
- BELMONTE, Roberto Villar. **Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro**. Revista Brasileira de História da Mídia, 6(2), 110-125, 2017.
- COLODETI, Elisângela. **Jornalismo alternativo para o século XXI: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- CRUTZEN, Paul. **Geology of mankind**. Nature, v. 415, n. 3, 2002.
- DEAN, Jodi. **Capitalismo comunicativo e luta de classes**. Lugar Comum–Estudos de mídia, cultura e democracia, 0(61), 115-138, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/46542>. Acesso em: 20 jun 2024.

FOSTER, John Bellamy; SUWANDI, Intan. **COVID-19 e o capitalismo de catástrofe: cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica.** Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v. 9, n. 17, 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo.** Florianópolis: Editora Insular, 2012.

IPCC, 2023: Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2023: Synthesis Report.** Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001.

LOOSE, Eloisa Beling. **JORNALISMO E RISCOS CLIMÁTICOS - PERCEPÇÕES E ENTENDIMENTOS DE JORNALISTAS, FONTES E LEITORES.** Paraná: UFPR, 2020.

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalimos e crise climática: um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade.** 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024. E-book (PDF; 1,72 Mb). ISBN 978-85-524-0424-8.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento.** Revista Direito GV, São Paulo, v. 8, p. 527-552, 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Movimentos sociais na Amazônia: Teoria e Práxis.** In: Milhomens, Lucas. **Amazônia e movimentos sociais: diálogos entre a cidade e a floresta.** São Paulo: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2023.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2. ed.rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILHOMENS, Lucas. **Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: uma história de luta, mobilização e resistência.** Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación. 1. 191-208, 2021.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. **A necessidade e as dificuldades do jornalismo no contexto de crise das instituições epistêmicas.** LÍBERO, (49), 43-60, 2021.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico.** Revan, 2007.

PINASSI, Maria Orlanda; DI GUASTALLA, Isabella. **A solidão indígena no mundo-inferno da Amazônia.** Revista Margem Esquerda - Revista da Boitempo, n.39, 2022.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **Mídias, movimentos sociais e contra-hegemonia: Subversão informacional na comunicação radical alternativa.** In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. INTERCOM SUDESTE 2006 – XI SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 2006, Ribeirão Preto, SP. Anais. São Paulo: Intercom, 2006.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **A comunicação contra-hegemônica no capitalismo digital: limites e contradições.** Liinc em Revista, v. 16, n. 1, p. e5133-e5133, 2020.